

## ENTRE A VIDA E A MORTE, O SEXO

*Tania Navarro Swain*

nem toda bruxa é corcunda,  
nem toda brasileira é só bunda.

Rita Lee

“Sexo é vida” repete incansavelmente uma propaganda na TV. Ejaculação precoce? Falta de desejo? Pela internet recebo, todos os dias, dezenas de mensagens: ative seu apetite sexual! frigidez? Aumente seu pênis! mas eu não tenho pênis, quem sou eu? Libere seus feromônios, não sabe que o cheiro é sedução? Dança do ventre, pompoarismo<sup>[1]</sup>, preciso me atualizar, perder esta barriga, levantar os seios, aumentar a bunda, ai esta celulite, e o dinheiro para a plástica?

Onde está meu perfume, meu xampu, meus cremes para tudo, preciso depilar a virilha, que cabelo mais crespo, ninguém assobia para mim, ninguém me olha, quem sou eu? meu desodorante venceu, estou suando, que roupa antiga, não transei esta semana, não tive nenhuma paquera, ninguém me disse que eu estava sexy, o que é ser sexy afinal? Será que sou sexy? quem sou eu, não consigo seduzir, estou só, só, não sinto desejo, preciso me tratar, será que morri? quem sou eu? não casei, não tenho filhos, não sou mulher? não tenho pênis, não sou homem, quem sou eu?

Este é o cotidiano de tantas mulheres, debatendo-se no dispositivo da sexualidade em ação, que institui e destitui identidades, dita comportamentos, práticas, representações e, sobretudo, auto-representações. Firma-se pelo discurso da mídia, da ciência, da psicanálise, das imagens repetidas sem cessar, criando modelos aos quais devo me ajustar, impondo, insidiosamente, padrões de conduta, valores que devem permitir minha inclusão social, meu pertencimento a um grupo, selo de minha saúde física e mental.

Entre a vida e a morte, o sexo. Entre o ser e o não ser, o sexo. Como explicar a expressão “vida sexual”, senão pela desmedida importância que se dá aos órgãos genitais? Porque não se fala, por exemplo, de “vida visual” de “vida manual”? Como a

---

<sup>[1]</sup> Técnica de apertamento vaginal que, supostamente, deveria trazer mais prazer às mulheres, mas que de fato, aumenta o prazer masculino.

noção de “vida” pode se reduzir a orifícios, excrescências e humores? Por que esta importância, senão para demarcar poderes, lugares de posse e dominação, lugares de fala e de autoridade? Por que, senão para construir e domesticar os corpos assim definidos, ordem cujos mecanismos hierarquizam, ao criar os valores atribuídos ao sexo?

Na sexualidade desvairada a morta espreita: violência, doenças, degradação. Por que sempre se ouve “sexo e drogas” ou prostituição e drogas? Catherine Mackinnon (1987) mostra na pornografia, portanto, no imaginário social, a imagem expandida e naturalizada da violência contida na sexualidade, sobretudo, a heterossexualidade obrigatória, a que passa pela hierarquia, dominação e delimitação de poderes segundo o sexo biológico. A apropriação social das mulheres pelos homens é âncora nas condições de imaginação sexual, pois são todas, em princípio, corpos disponíveis e desfrutáveis por definição, já que os papéis atribuídos socialmente às mulheres passam pela sedução, casamento, procriação, prostituição.

Só é *verdadeira*, a mulher que se encaixa neste modelo e a prostituição é sempre mostrada como alternativa de “trabalho” para meninas e mulheres sem perspectivas outras de inserção social. Em situações de pobreza extrema, os meninos podem se engajar em pequenos trabalhos ou mesmo em tráfico de drogas e delinquência, enquanto para as meninas a única porta é a prostituição. Isto mostra claramente a divisão de trabalho social, onde o corpo é, para as mulheres, o eixo de sua existência social.

O cansaço me toma, face a estas imagens, ruídos, falas, textos, gestos que me invadem a cada segundo, através das mídia, da literatura, das conversas, de meus pensamentos assujeitados, modelados pela louvação ao sexo e suas práticas. A ode à sexualidade me irrita, pois sou obrigada a ver mamilos, coxas, pêlos, bundas, ouvir suspiros e ruídos cavernosos, quando busco distração, riso, encantamento, quando já não há escolha, apenas imposição. Por que a visão de línguas, seios, de bocas enormes e abertas se mastigando deve ser excitante, atrativa, sensual?

Aliás, o que é ser sensual? Diz respeito à sexualidade ou a um erotismo difuso, também indefinível? Ou significa a ante-sala de uma sexualidade praticada? E o que é esta sexualidade, a emoção de corpos que se des-cobrem ou apenas uma mecânica de gestos quase codificados, suspiros e exclamações estereotipadas, ejaculações precoces, orgasmos nunca alcançados? Que busca desenfreada é esta de tremores e espasmos, que institui identidades e quebra vidas, que cria corpos inteligíveis e corpos abjetos, divide os seres em sujeitos e objetos? Esta é a *nau dos insensatos* moderna, vogando sem

rumo, sem destino, sem perspectiva, voltando sem cessar ao ponto de partida, pois a sexualidade é um moto contínuo onde desejo e poder estão entrelaçados, disfarçados em prazeres duvidosos e instantâneos, dividindo o humano em possuidores e possuídos.

A naturalização das imagens e das práticas sexuais não passa de mais uma essencialização dos corpos, travestidos em sexo. Foucault se refere muitas vezes a *auto-erotismo*, - que categoria estranha! - neste caso, se o objetivo da sexualidade já não é a procriação, mas um orgasmo geral, porque a necessidade de parceiros? Esta grande confusão, de fato, aparece como uma superfície lisa e homogênea de atos naturais, provindos de uma “essência” qualquer, que definiria os impulsos, instintos, pulsões diferenciadas, de mulheres e homens, face ao sexo – discurso redundante, pois o sexo é sua definição e a diferença sua instituição, na carne e nas expressões do político.

O que, afinal, determina a importância do sexo e da sexualidade como raízes da identidade, do ser-no-mundo, da socialização, do processo de subjetivação? Poderia ser apenas mais uma manifestação do humano, mas nas articulações do social é a significação dada ao que se valoriza e que circula com valor de verdade, sobretudo com a marca da natureza, indiscutível, soberana, massa inerte do *dejà-là*, do pré-construído, das tradições históricas e datadas que adquirem o peso do natural.

Da religião à psicanálise, da história à biologia, o sexo e a sexualidade adquirem foros de fundamento, de marcas hierárquicas, o selo que distingue e ordena segundo uma pré-classificação do humano em feminino em masculino, em função de sua genitália. “Mas eu tenho um útero”, exclamam algumas! E daí? Esta expressão afirma uma essência do feminino aliada aos corpos, ao biológico, uma definição identitária fundada ainda na reprodução.

Nos anos 1970 algumas feministas francesas (BRUN et al., 1984) declaravam ter “descoberto o clitóris”. Sob a ingenuidade da expressão, aparecem significações fundamentais de resistência a uma heterossexualidade compulsória e onipresente baseada na penetração, no prazer masculino, de sua obsessão do tamanho do pênis, símbolo maior de poder social, de poder sobre as mulheres, de prestígios entre os homens. Afinal, refletindo bem, o tamanho do pênis é garantia de maior fricção e de prazer para os homens, mas no imaginário social que institui a penetração como o “verdadeiro sexo” é apresentado como exigência feminina. De fato, a descoberta do clitóris significa a liberação deste imaginário onde a genitália feminina se define pela vagina e pela penetração, que faz desaparecer, na própria linguagem, a parte externa do sexo feminino, a vulva, o clitóris, (palavras inusitadas, quase palavrões) partes

indissociáveis e esquecidas do orgasmo feminino. Uma vez “descoberto” o clitóris pelos feminismos, o prazer sexual foi debatido, exigido, condição de igualdade. Um prazer, entretanto, simbólico, em termos de libertação de um assujeitamento mediado pelos corpos, pois, finalmente, o que aportam os segundos de tremores e suspiros face à desmedida importância atribuída ao sexo? Finalmente, era só isto?

Seres construídos que somos, a evidencia do sexo é, porém, tão forte que obscurece as linhas e traços de sua instituição: a pesada materialidade dos corpos, suas elevações e abismos justificam condutas, conceitos, referências. O poder é sempre do pai, do masculino, a linguagem é o domínio do falo, da ereção, da racionalidade, da realidade; para o materno resta o ilusório, o irracional, a falta, a inveja, o repúdio, “a culpa é sempre da mãe”. Que mecanismos tortuosos e bizarros são estes que atrelam razão e sexo, autoridade e ereção, o falo enquanto significante geral? Que cegueira social é esta, que vela as *estratégias de diferenciação dos sexos* para melhor instaurar uma “natural” diferença política entre mulheres e homens?

A incongruência é tão enorme que necessita desta constante iteração discursiva e imagética, desta pedagogia social que institui e naturaliza os comportamentos e as identidades de sexo. Envoltas e criadas em dicotomias e polaridades, em instituições e práticas que nos delimitam possibilidade e ações, somos prisioneiras de corpos sexuados, desejando sê-lo talvez, reivindicando prazeres efêmeros e insatisfatórios. O desencanto passa sempre por uma auto-representação negativa, questionamentos sobre a saúde física e mental, a adequação social, uma sociabilidade centrada em seduções, beleza, conquistas, proezas sexuais. Como me insiro ou me desloco em meios onde o sexo é rei, como expressar minhas dúvidas sem cair no ostracismo social, empurrada para as margens, mesmo entre feministas?

Mas o que é afinal, este dispositivo da sexualidade que me enreda e me constrói sem que disto eu sequer me aperceba? Sem que dele eu queira me libertar? Foucault explica que

De fato, trata-se, na realidade, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tentaria domar, ou mesmo de um campo obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subjacente sobre a qual se exerceriam difíceis controles, mas uma grande rede de superfície onde a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao

discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências se imbricariam uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (1976: 139)

O dispositivo da sexualidade, assim identificado por Foucault, atua em tecnologias do sexo, estas táticas sociais anônimas que utilizam todo o acervo, todo o arquivo de memória, todos os esquemas de interpretação disponíveis no social, não apenas induzindo à sexualidade, mas moldando o sexo e o desejo sexual em suas arestas e pontas, em torno e além da heterossexualidade reprodutiva.

A sexualidade, nesta perspectiva não está no domínio do “natural”, do biológico, mas na produção discursiva do sexo-necessidade, do sexo-verdade, do sexo- identidade, do sexo-vida. Diz Foucault

O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser não apenas se reproduzir, mas proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira cada vez mais detalhada e de controlar as populações de forma cada vez mais global. (FOUCAULT, 1976: 141)

O dispositivo, portanto, inventa os corpos e os possui, cria-os ao defini-los e moldá-los enfatizando o prazer, sem defini-lo nem questioná-lo, para melhor apagar os traços de sua construção e domesticação. Quem não sente este prazer, tão louvado, *sem que se saiba exatamente do que se fala*, acha-se doente, anormal; por que os consultórios estão tão cheios de “problemas” sexuais? Por que não tomar o desejo ou a emoção quando vêm, sem precisar de remédios, estímulos, análises, definições, receitas? Esta sexualidade, tal como a conhecemos e vivenciamos é datada, relativamente recente, diz Foucault:

Em todo caso, há cerca de 150 anos um dispositivo complexo se instalou para produzir sobre o sexo discursos verdadeiros (...) E é por meio deste dispositivo que pôde aparecer como a verdade do sexo e de seus prazeres algo como ‘a sexualidade’. (1976: 91)

Se Foucault identifica nas práticas discursivas a produção daquilo que deveriam estar explicitando, a sexualidade, em suas formas atuais e exacerbadas, é produzida

pelas tecnologias do sexo, e pelas tecnologias de gênero, as que criam o binário do feminino/ masculino (DE LAURETIS, 1987), por esta proliferação de imagens e discursos que me assaltam, me percorrem, me possuem, me identificam, me sugerem sempre mais sexualidade, lá onde procuro emoção e encontro. Estes discursos sociais produzem sexo – corpos biológicos – e sexualidade – práticas sexuais – de forma mais densa no binário e na hierarquia, e assim produzem gêneros, diferenças, margens, centros, polaridades, padrões, tipologias e as diferenças assim instituídas trazem as marcas do político, das relações de poder de um patriarcado que ainda não disse suas últimas palavras.

No sexo, portanto, o destino biológico naturalizado das mulheres enquanto mulheres, como mães, na sexualidade como orifícios a serem usados, objetos de prazer e, sobretudo, de poder, o poder de determinar, de dirigir, de humilhar, de ironizar, de inferiorizar, de possuir, de violentar, de controlar, de comprar, de traficar. Christine Delphy, Colette Guillamin identificam, com pertinência, “a classe dos homens”, ampla coalizão em um sistema histórico e social, o patriarcado, que lhes confere “naturalmente” autoridade, prestígio e a posse das mulheres também enquanto classe, o que as transforma NA MULHER, singular que apaga todas as singularidades.

Neste sentido, a prostituição e o estupro, a violência doméstica que povoam o cotidiano das mulheres condensam o poder masculino sobre os corpos femininos, reproduzindo, em seu medo ou aviltamento a sexualidade na violência, o poder ligado ao sexo. As mulheres enclausuradas em seus véus, as meninas vendidas e usadas neste grande festim mundial onde se consome o feminino transformado em carne e orifícios são do patriarcado a expressão mais clara: elas são e estão no mundo para servir os homens, de todas as formas, nas dobras de seus desejos e injunções.

A prostituição infantil existe, por exemplo, neste grande mercado de mulheres em que a juventude cada vez mais tenra é exigida, meninas de 8 ou 9 anos são violentadas todos os dias de suas pobres vidas e os consumidores são homens comuns, o pai de família, o estudante, o funcionário, o operário, este senhor respeitável de cabelos brancos que passa. Por que este silêncio em torno destes consumidores de carne fresca, canibais de nossas filhas, senão para encobrir o sistema que os abriga, os laços de poder que sustentam o patriarcado, a sexualidade soletrada no masculino?

Diz uma recente publicidade na TV, para vender perfumaria: “mulheres e homens são diferentes”. Isto parece expressão do óbvio, reafirmando e repetindo a idéia da “natureza” dos sexos; entretanto, a diferença está sendo construída no próprio

momento em que as imagens assim desfilam. A diferença existe, isto é inegável, de um indivíduo para outro, mas não fundada na essência dos corpos marcados de sexos e sim em sua construção pelas pedagogias sociais múltiplas, entre as quais a espiral envolvente da própria sexualidade.

Como salienta Colette Guillaumin:

A noção de diferença, cujo sucesso entre nós é prodigioso (...) é ao mesmo tempo heterogênea e ambígua. (...) Heterogênea, pois contém por um lado, dados anátomo-fisiológicos e de outro, fenômenos sócio-mentais.(...) Níveis que são inseparáveis, pois são conseqüências uns dos outros, distintos, porém, em nível de análise(...) Enfim, não se pode falar de "diferença" como se isto aparecesse em um mundo neutro. Pois, com efeito, se falar de "diferença das mulheres" é tão fácil é porque se trata de algo que diz respeito às mulheres E as mulheres não são vacas leiteiras (fêmeas) mas um grupo social determinado (as mulheres) sobre as quais sabemos que a característica fundamental é de serem apropriadas. E que esta apropriação é enquanto grupo (e não somente enquanto indivíduos inseridos em laços pessoais) (1979:4)

As estruturas de poder político, aí presentes, desaparecem e o sexo/sexualidade se impõem como marcas e limites do humano, dos seres transformados em corpos sexuados, cuja expressão maior é um rosto feminino. Como analisa Colette Guillaumin, as mulheres não têm um sexo, *elas são um sexo*. Diferentes, portanto, uma diferença política que ancora nos corpos sua justificativa, que dota a genitália das marcas do superior e do inferior. Diferentes, as sexualidades femininas e masculinas? sem dúvida, já que nascem de construções representacionais e imagéticas em torno da instituição política dos gêneros. A sujeição se naturaliza na diferença.

Emily Martin aponta o século XIX como um ponto de inflexão na construção desta diferença política, baseada em uma interpretação da biologia dos corpos. Mostra como a menstruação, função natural do corpo, é aviltada como um fracasso feminino em sua função natural de procriação. Torna-se ponto nevrálgico da constituição do feminino, marco do “ser mulher” na ambigüidade que lhe confere o imaginário social: sinal de liberação de uma possível gravidez, é narrada como sinônimo de sujeira, abjeção, desordem.

Diz a autora, referindo-se às metáforas e representações da menstruação:

Enquanto nos relatos anteriores, o sangue propriamente dito pudesse ser considerado impuro, agora o processo em si era visto como distúrbio. Os autores do século XIX tinham extrema propensão a salientar a natureza debilitante da menstruação e seu impacto adverso nas vidas e atividades das mulheres. Imagens médicas da menstruação como patológica eram de uma vividez extraordinária no final do século” (2006:77)

Considera ainda que:

A menstruação não apenas traz consigo a conotação de um sistema produtivo que fracassa na produção, como também transmite a noção de uma produção desvirtuada, fabricando produtos sem uso, fora das especificações. Invendáveis, desperdícios, sucatas” (2006:930)

Uma resignificação desta patologia hoje se encontra nos discursos que instituem a TPM (tensão pré-menstrual), como uma fatalidade, à qual as mulheres se assujeitam completa e apressadamente. O que deixam de perceber, nesta adesão, é que a TPM representa uma outra fórmula de interiorização e controle das mulheres, agrilhoando-as a um corpo que dita seu comportamento e sua ação no mundo. Desta forma, presa às funções de seu útero e ovários, as mulheres são desqualificadas para funções que exigem rigor, raciocínio, performance, já que seus corpos dirigem, periodicamente, suas mentes.

A TPM marca as mulheres com o sinal da fraqueza e da instabilidade e ao que parece não tem percebido isto, já que se ouve constantemente as jovens e menos jovens insistirem e reivindicarem sua TPM. O que não notam, também, é que este é um momento de permissão social para que liberem suas revoltas e descontentamentos, sua irritabilidade face a situações impostas às mulheres, sem a pecha da histeria e outras. A TPM, porém, é um outro sentido dado à famosa histeria, já que qualquer manifestação mais forte e mais firme / reivindicativa / positiva das mulheres é logo atribuída à TPM, logo, sem valor, já que devidas às funções de seu corpo.



Da mesma maneira, a menopausa é considerada uma falência generalizada dos corpos femininos, já que perdem sua função principal, aquilo que as define enquanto mulheres: a procriação. Emily Martin explicita que:

Tanto nos textos da medicina como nos livros populares, o que está sendo descrito é a ruptura de um sistema de autoridade. A causa do “declínio ovariano” é a habilidade decrescente dos ovários, em processo de envelhecimento de reagir às gonadotropinas pituitárias enviadas pela hipófise”. Em todos os pontos deste sistema, as funções “falham” ou oscilam. Os folículos “não conseguem reunir forças” para chegar à ovulação na medida em que o funcionamento falha, os membros do sistema entram em declínio: “os seios e os órgãos genitais gradualmente se atrofiam, “murcham” e se tornam “senis”. Relíquias reduzidas e atrofiadas de sua antiga essência vigorosa e capaz, os “ovários senis” são um exemplo das vívidas imagens empregadas neste processo” (2006:77-78)

Estas imagens transbordam para o cotidiano e a experiência das mulheres, cuja menopausa marca uma crise existencial, um momento construído socialmente em que as funções de seus corpos se transformam em anátemas e exclusões. Esta é uma forma também de controle das mulheres, já que a menopausa significa a liberação das coerções da procriação.

O fato, entretanto, é que assistimos, atualmente, a uma crescente submissão dos corpos aos imperativos da sexualidade, de maneira diferenciada e binária. O dispositivo cria e age sobre os corpos sexuados segundo seu pertencimento à classe das mulheres ou a dos homens. Para estes, a sexualidade se apresenta, em primeiro lugar, como um imperativo identitário e uma necessidade, tão urgente quanto comer ou beber, fonte de um prazer considerado inefável. Mas o que é afinal, este prazer? Uma tumefação, um jato de esperma, tudo em 30 segundos? Ou o prazer da posse, não somente do corpo de outrem, mas também de sua individualidade? pois, com efeito, é um indivíduo que se possui, que se compra, este é, de fato, o prazer inconfessável. A linguagem comum exprime perfeitamente isto, pois ter relações sexuais com uma mulher, se diz “possuí-la”. Se os mecanismos da sexualidade são simples, quase lineares, sobretudo para os homens, é toda uma economia simbólica de relações de sexo que lhe confere a força de

vida e o selo da identidade. “Seja um homem!”, significa, de fato, “não seja uma mulher!”.

Adrienne Rich já nos anos 1980 apontava para esta questão: Diz ela:

(...) porque a sobrevivência da espécie, os meios de fertilização e as relações afetivas/eróticas foram são rigidamente identificadas umas às outras; e porque coerções tão violentas foram julgadas necessárias para assegurar uma sujeição total, tanto afetiva quanto erótica, aos homens.(?) (1981:21)

### **O dispositivo amoroso**

Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são “diferentes”, isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: o dispositivo amoroso. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si.

O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. As profissões ditas femininas partilham estas características: enfermeira, professora primária, doméstica, babá, etc. O dispositivo amoroso, por outro lado, as conduz diretamente para uma heterossexualidade incontornável, sem equívocos, já que a procriação é sua recompensa. Mesmo se o prazer é raro ou ausente, é uma sexualidade sem questões, sem desvios, é assim, ponto. No discurso feminino, “ser mãe” é condição de autoridade, é o lugar de fala inteligível.

Adrienne Rich insiste que

(...) a heterossexualidade, como a maternidade, deve ser reconhecida e analisada como instituição política - mesmo e mais especialmente por

aquelas que sentem-se em sua experiência pessoal como as precursoras de uma nova relação entre os sexos!(1981:20)

O dispositivo amoroso, assim, cria mulheres e, além disto, dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos na busca de um amor ideal, feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. A sexualidade às vezes é até acessória. As tecnologias sociais do gênero investem os corpos-sexuados-em-mulher em práticas discursivas que propõe como axioma a “natureza” feminina, um pré-conceito ancorado no senso comum, propagado e instituído por um conjunto de discursos sociais. Todavia, como bem sublinha Foucault:

O ‘pré-conceitual’ assim descrito, em lugar de desenhar um horizonte que viria do fundo da história e se manteria através dela, é, ao contrário, no nível mais ‘superficial’ (em nível dos discursos) o conjunto de regras que se encontram aí efetivamente aplicadas (1987:83)

Ou seja, as práticas criam o objeto dos quais descrevem o funcionamento ou os contornos, em um processo contínuo. Assim, a fórmula de Judith Butler (1990) “não há gênero fora de práticas de gênero”, aí encontra todo seu sentido.

E acrescenta:

[...] gênero também designa o aparato de produção com os quais os próprios sexos são estabelecidos. Neste sentido, gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza; gênero é também o significado discursivo /cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘sexo natural’ é produzido e instituído como pré-discursivo em relação à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. Esta produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como o efeito da construção cultural designada gênero. (BUTLER, 1990:7).

É assim, efetivamente o gênero e suas tecnologias que constroem os sexos e suas delimitações, seus princípios de exclusão, suas formas e expressões, a heterossexualidade como norma e referência, a sexualidade como fundamento do ser.

Mulheres nos social, fêmeas no biológico, os corpos-em-mulher fixam uma identidade fictícia onde se imbricam as injunções do amor e da sexualidade.

O dispositivo amoroso se afirma nas práticas que se desdobram de forma exponencial para a construção do feminino: a educação formal, a pedagogia sexual, a disciplina dos corpos – magros e belos – a domesticação dos sentidos e dos desejos para seguir a imagem ideal DA mulher. Isto é o assujeitamento, em sua plenitude. Restam as brechas, o formigamento do desejo de liberdade, para além da sexualidade e do sexo...

O dispositivo amoroso e a sexualidade formam a trama onde se tece e se produz o feminino – a objetivação indissociável do processo de subjetivação, a produção do sujeito de um saber e a produção do saber sobre um sujeito por meio de práticas discursivas e não discursivas diversas. As tecnologias do gênero têm assim uma dupla face, externa e interna a si mesma, que trabalha na produção do sujeito feminino em quadros de valores para os quais é e cria referência. A ação sobre si utiliza técnicas de adaptação, de recusa, de assujeitamentos aos códigos, aos limites, às normas de gênero e de sexualidade. Retomo Foucault :

Toda ação moral, é verdade, comporta uma relação com o real onde ela se efetua e uma relação ao código ao qual se refere; mas ela implica também uma certa relação a si. Esta não é simplesmente ‘ consciência de si’, mas constituição de si como ‘sujeito moral’, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui este objeto de prática moral, define sua posição em relação ao preceito que segue, se fixa um certo modo de ser que valerá como realização moral de si mesmo e para fazer isto, age sobre si mesmo. (1980-1988:668)

Por ocasião do processo de subjetivação, portanto, eu me construo, incessantemente. E as tecnologias do sexo, do gênero, são constitutivas de meu devir, já por meio da iteração, do assujeitamento, da recusa ou do excedente em relação às normas e definições.

Atualmente, os moldes que detém os contornos mulher / homem tornam quase impossível uma relação igualitária nos embates sexuais, atravessados de poder. Há, nas dobras dos lençóis, um maniqueísmo binário insidioso mesmo se os papéis possam ser, eventualmente, intercambiáveis. Onde há sexualidade abriga-se também a posse, a traição, a honra, a auto-estima, a emoção, valores que se confundem em torno de

corpos definidos pelo poder de nomeação, pela performatividade dos comportamentos codificados pelo social, pelas condições de imaginação que esculpem modelos e referentes ideais.

Sou bastante cética sobre o tema da sexualidade incontornável. Claro, as redes de sentido que nos conferem inteligibilidade – a começar por nossa própria auto-representação – nos desenham assim: seja sexy ou morra, tenha sexo ou morra. A performance sexual é tudo, o desejo de outrem abre meu caminho para o mundo, garante minha inserção no social. O que cruamente, reduz-se a línguas, bocas, mãos, órgãos genitais em profusão, ditando a identidade e a eclosão da vida.

Estimo, porém, que o dispositivo da sexualidade, imbricado ao dispositivo amoroso atingiu seus limites de saturação. O que me parece evidente é que a injunção à sexualidade – e aí não importa qual seja sua prática – é a ação do poder criando uma nova servidão, a dos orifícios, dos humores, das ereções, das performances, das conquistas, dos trejeitos e seduções, uma banalidade que faz morrer de tédio.

Sinto necessidade de mudar de nível, de mudar, apenas. Não, não sou contra a sexualidade, ao contrário. Tenho, entretanto, um engajamento feminista, um engajamento comigo mesma, que impede o cego assujeitamento às imposições do social sobre meu corpo e meu ser. Procuro, ao contrário, perfurar as evidências infladas de certezas e verdades, as que criam obrigações e fixam identidades, encobrando a face do poder.

Quem sou eu, fora da sexualidade? quem sou, fora das normas do sexo? Por que devo me curvar às regras que impõem a sexualidade como fundo de verdade do ser? De fato, pouco me interessa saber quem eu sou, já que não sou mais a mesma, no momento desta enunciação. A liberdade não é uma palavra vã. Se ela se encontra no fim do arco-íris, sua conquista é o caminhar crítico da construção de mim, que me leva onde nunca fui, que me afasta daquilo que não serei nunca mais, livre, porém, das servidões bio-sociais. É assim que concebo a estética da existência: a produção crítica de mim, enquanto sujeito político e histórico, transitando em temporalidades e lugares inusitados, quebrando os grilhões do natural, da sexualidade compulsória, das novas servidões que se anunciam ao criar nossos corpos.

### **Referência bibliográficas.**

BRUN, Odette et al. 1984. *Ruptures... et féminisme en devenir*, Paris, Voix Off.

BUTLER, Judith. 1990. *Gender trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, New York : Routledge.

DE LAURETIS, Teresa. 1987. *Technologies of gender. Essays on Theory, Film, and Fiction*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.

FOUCAULT, Michel . 1976. *Histoire de la sexualité*, Foucault électronique, Folio 4.

FOUCAULT, Michel. 1980-1988, *Dits et écrits IV* Foucault électronique, Folio 4

FOUCAULT, Michel. 1987. *Arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

GUILLAUMIN, Colette.1979. Question de différence. *Questions féministes*, septembre, n.6, Ed. Tierce. pp 3-22.

MACKINNON, Catherine. 1987.*Feminism Unmodified*, Harvard University Press.

MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo, uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro, Garamond

RICH, Adrienne.1981. La contrainte à l'hétérossexualité et l'existence lesbienne, *Nouvelles questions féministes mars*, n.1 Ed. Tiercepp15-43.